g) Descontos de 50 % no preço dos espectáculos culturais e desportivos ou actividades recreativas de produção exclusiva do município;

h) Entrada gratuita em exposições no Palácio da Galeria, Museu Municipal de Tavira, galerias municipais de arte, monumentos municipais e equipamentos equiparados e respectivas salas de conferências.

2 — Os titulares do cartão, desde que consumidores do tipo doméstico, poderão ainda vir a beneficiar da tarifa familiar de água, nos termos que vierem a ser acordados entre o município de Tavira e a TAVIRAVERDE — Empresa Municipal de Ambiente, E. M.

3 — O município de Tavira dará publicidade devida a quaisquer novos benefícios que acresçam aos previstos no n.º 1.

4 — Os benefícios reconhecidos aos titulares do cartão municipal de família numerosa não são cumuláveis com aqueles que são previstos no cartão municipal do idoso.

Artigo 6.º

Alargamento dos benefícios

O município de Tavira diligenciará activamente junto dos seus parceiros, públicos e privados, no sentido da concessão de novos benefícios aos titulares do cartão municipal de família numerosa.

Artigo 7.º

Validade do cartão

1 — O cartão tem o prazo de validade de um ano a partir da data da sua emissão, renovável por igual período.

2 — A renovação do cartão deve ser solicitada com a antecedência de 30 dias em relação ao termo do prazo de validade, mediante prova da verificação dos requisitos de que depende a sua atribuição.

Artigo 8.º

Caducidade do cartão

O cartão caduca:

a) No termo do prazo de validade, se não for requerida a sua renovação, nos termos previstos no n.º 2 do artigo anterior;

b) Quando deixem de se verificar os requisitos de que depende a respectiva atribuição, nomeadamente no que diz respeito à composição e residência do agregado familiar.

Artigo 9.º

Revogação

1 — O cartão será revogado sempre que seja utilizado indevida ou abusivamente.

2 — O acto de revogação será precedido de audiência dos interessados.

3 — A utilização indevida ou abusiva fará o respectivo agente incorrer em responsabilidade civil e criminal, nos termos gerais.

Artigo 10.º

Devolução

A devolução do cartão deverá ser feita na Divisão dos Assuntos Sociais/Serviço de Acção Social da Câmara Municipal de Tavira, no prazo de 10 dias a contar da ocorrência do facto que determinou a sua caducidade ou da notificação do acto de revogação.

Artigo 11.º

Extravio

Os titulares do cartão obrigam-se a comunicar de imediato à Câmara Municipal de Tavira a perda, furto ou extravio do cartão.

Artigo 12.º

Dúvidas e omissões

As dúvidas e omissões decorrentes da aplicação do presente Regulamento serão resolvidas segundo as regras e princípios gerais de direito administrativo e, em última instância, por deliberação da Câmara Municipal de Tavira.

Artigo 13.º

Vigência e avaliação

1 — Sem prejuízo do cumprimento das formalidades previstas no artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, o presente

Regulamento entrará em vigor no 1.º dia útil do mês de Dezembro de 2007.

2 — Decorridos os primeiros seis meses de vigência, proceder-se-á à avaliação da sua aplicação e dos resultados a que a mesma conduziu. 2611059216

CÂMARA MUNICIPAL DE VALENÇA

Aviso n.º 21 431/2007

Para o efeito do disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que, por meu despacho de 26 de Setembro do corrente ano, foram nomeados para os lugares de assistente administrativo especialista, após concurso interno de acesso geral, os candidatos Aurora Maria Bacião Araújo Rodrigues, Eugénia da Purificação Guterres Pereira, Ercília do Céu Barroso Ferreira Alves Pestana, Maria Amélia da Silva Oliveira Nunes, Manuel Cândido Gondim Fernandes e Rosa Teresa Martins Alvarez.

Os nomeados deverão aceitar as nomeações no prazo de 20 dias a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

26 de Setembro de 2007. — O Presidente da Câmara, José Luís Serra.

2611059279

Aviso n.º 21 432/2007

Concurso externo de ingresso para preenchimento de um lugar de técnico de animação cultural de 2.ª classe (estagiário)

1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, torna-se público que, por meu despacho de 13 de Agosto de 2007, se encontra aberto concurso externo de ingresso para preenchimento de um lugar de técnico de animação cultural (estagiário), do grupo de pessoal técnico, nos seguintes termos:

2 — Prazo de validade — o concurso é válido para a vaga posta a concurso e esgota-se com o seu preenchimento.

3 — Legislação aplicável — Decretos-Leis n.ºs 404-A/98, de 18 de Dezembro, na redacção conferida pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, 412-A/98, de 30 de Dezembro, 265/88, de 28 de Julho, 353-A/89, de 16 de Outubro, 204/98, de 11 de Julho, 238/99, de 25 de Junho, e 427/89, de 7 de Dezembro.

4 — Conteúdo funcional — organização, acompanhamento e gestão das actividades sócio-culturais desenvolvidas na biblioteca e restantes áreas dos serviços de cultura do município.

5 — Local de trabalho — o local de trabalho situa-se na área do município de Valença.

6 — Durante o estágio, o vencimento será o correspondente ao índice 222 da carreira técnica, categoria de estagiário. As condições de trabalho e regalias sociais são as genericamente vigentes para os funcionários da administração local.

7 — Requisitos de admissão:

7.1 — Requisitos gerais — os constantes do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, a saber:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;

b) Ter 18 anos completos;

c) Possuir as habilitações literárias legalmente exigidas para o desempenho do cargo;

d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;

e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;

f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.

7.2 — Requisitos especiais — bacharelato em área adequada ao lugar a prover.

8 — Formalização das candidaturas:

8.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas no prazo de 10 dias úteis contados da data da publicação deste aviso no *Diário da República*, mediante requerimento redigido em papel normalizado, de formato A4, dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Valença, podendo ser entregue pessoalmente na Secção de Pessoal, sita na Praça da República, 4930-702 Valença, ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, dentro do prazo fixado, dele devendo constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, número, data de emissão, validade do bilhete de identidade e serviço que o emitiu, número fiscal de contribuinte, residência e número de telefone);

b) Habilitações literárias;
 c) Identificação do concurso a que se candidata, com indicação do *Diário da República* em que foi publicado o presente aviso;
 d) Quaisquer outros elementos que os concorrentes considerem relevantes para a apreciação do seu mérito ou de constituírem motivo de preferência legal, os quais só serão considerados se devidamente comprovados.

8.2 — É dispensada a apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos de admissão ao concurso, referidos nas alíneas a), b), d), e) e f) do n.º 7.1 deste aviso, devendo os candidatos declarar, sob compromisso de honra e em alíneas separadas, a situação precisa em que se encontram relativamente a cada uma delas. Relativamente à alínea c), deverá ser apresentado documento comprovativo.

8.3 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei penal.

9 — Métodos de selecção — os métodos de selecção a utilizar serão a prova escrita de conhecimentos e a entrevista profissional de selecção.

9.1 — O ordenamento final dos concorrentes será o resultante da aplicação dos métodos de selecção descritos, de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = (0,6 \times PCT) + (0,4 \times EPS)$$

em que:

CF = classificação final;
 PCT = prova de conhecimentos teóricos;
 EPS = entrevista profissional de selecção.

9.2 — A prova de conhecimentos teóricos terá a duração de noventa minutos, com consulta, será composta por uma parte de conhecimentos gerais e outra de conhecimentos específicos e será pontuada de acordo com a seguinte fórmula:

$$PCT = (0,4 \times CG) + (0,6CE)$$

em que:

CG = conhecimentos gerais;
 CE = conhecimentos específicos.

a) A prova de conhecimentos gerais versará sobre a seguinte legislação:

Regime de férias faltas e licenças (Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, e Decretos-Leis n.ºs 70-A/2000, de 5 de Maio, e 157/2001, de 11 de Maio);

Estatuto Disciplinar (Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro);
 Atribuições e competências das autarquias locais (Leis n.ºs 159/99, de 14 de Setembro, e 169/99, de 18 de Setembro, e respectivas alterações).

b) A prova de conhecimentos específicos versará sobre a seguinte bibliografia:

Gaspar, Jorge, *Práticas Culturais dos Portugueses*, Centro de Estudos Geográficos do INI e Direcção-Geral da Acção Cultural, Lisboa, 1985-1988;

Santos, Maria de Lourdes Lima, *As Políticas Culturais em Portugal*, Observatório das Actividades Culturais, col. OBS — Pesquisas, Lisboa, 1998.

c) A entrevista profissional de selecção terá por objecto determinar e avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, os quais serão ordenados de acordo com a classificação, segundo a seguinte escala:

Favorável preferencialmente — até 20 valores;
Bastante favorável — até 16 valores;
Favorável — até 12 valores;
Desfavorável — até 8 valores;
Totalmente desfavorável — até 4 valores.

9.3 — É dada preferência aos candidatos que, em caso de igualdade de classificação, apresentem deficiência com grau de incapacidade igual ou superior a 60%, nos termos do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro.

10 — Regime de estágio:

10.1 — O estágio, com carácter probatório, tem a duração de um ano e rege-se pelo disposto nos Decretos-Leis n.ºs 265/88, de 28 de Julho, e 427/89, de 7 de Dezembro.

10.2 — Regime de estágio — o candidato admitido iniciará um estágio, com carácter probatório, com a duração de um ano, realizado de acordo com o constante do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88.

10.3 — A avaliação e a classificação final do estagiário competem ao júri do estágio, que terá a mesma composição do júri definido

para a selecção, não se considerando aprovado se tiver classificação inferior a 14 valores, e serão feitas com base nas pontuações obtidas:

a) No relatório do estágio;
 b) Na classificação de serviço obtida durante o período de estágio;
 c) Na classificação obtida em curso de formação profissional, desde que possível a frequência do mesmo.

10.4 — A classificação final, expressa numa escala de 0 a 20 valores, será a resultante da média aritmética simples da classificação em cada um dos factores referidos no n.º 10.3.

11 — Foi efectuada publicitação na BEP para selecção de pessoal para reinício de funções de pessoal em SME no período de 27 de Setembro a 11 de Outubro do corrente ano, não tendo havido candidatos (código da oferta OE200709/0407).

12 — Afixação e publicitação das listas — as listas de candidatos e de classificação final serão afixadas e publicitadas nos prazos e termos estabelecidos nos artigos 33.º, 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

13 — Composição do júri:

Presidente — Dr. Fernando Pereira Rodrigues, vereador.

Vogais efectivos:

Manuel de Sousa Domingues, vereador, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

Nuno Vidal Pinheiro Felgueiras, chefe de divisão.

Vogais suplentes:

Joaquim José Mendes Covas, vereador.

Engenheiro Jorge Manuel Rio Tinto de Azevedo, chefe de divisão.

16 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Luís Serra*.
 2611059293

Aviso n.º 21 433/2007

Concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de assistente administrativo especialista

1 — Faz-se público que, por meu despacho de 4 de Junho último, nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de assistente administrativo especialista.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido para a vaga a concurso e esgota-se com o seu preenchimento.

3 — Local de trabalho — o local de trabalho situa-se na área do município de Valença.

4 — Composição do júri:

Presidente — Dr. Fernando Pereira Rodrigues, vereador.

Vogais efectivos:

Manuel de Sousa Domingues, vereador, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

Nuno Vidal Pinheiro Felgueiras, chefe de divisão Administrativa.

Vogais suplentes:

Joaquim José Mendes Covas, vereador.

Jorge Manuel Rio Tinto Azevedo, chefe de divisão de Saneamento Básico.

5 — Requisitos de admissão — os previstos no artigo 8.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, nomeadamente a permanência de três anos na categoria de assistente administrativo principal e classificação de serviço não inferior a *Bom*.

6 — Métodos de selecção — avaliação curricular e entrevista profissional de selecção.

6.1 — Na avaliação curricular serão considerados e ponderados, de acordo com as exigências da função, a habilitação académica de base, a formação e a experiência profissional e a classificação de serviço, que se efectuará de acordo com a seguinte fórmula:

$$AC = \frac{HL + FP + EP + CS}{4}$$

sendo:

AC = avaliação curricular;

HL = habilitações literárias;

FP = formação profissional;

EP = experiência profissional;

CS = classificação de serviço.